

A importância do desenho do espaço público

The importance of the design of public space

Maria João Pereira¹

Resumo

Projetar e desenhar espaços públicos deverá implicar, necessariamente, uma reflexão, quer acerca da sua importância quer acerca do tipo de variáveis e de pressupostos que devemos ter em linha de consideração nesta análise.

Por definição, o espaço público serve um conjunto de indivíduos com características sociopsicológicas que poderão ser semelhantes ou muito diferenciadas. Constitui, portanto, um desafio imaginar que esse espaço poderá contribuir para corresponder às expectativas e aos interesses não de um, mas de um conjunto de pessoas e, constituir-se também como um espaço propiciador de mudança das vivências individuais e sociais. Assumimos a perspectiva de que não podemos separar o conceito de urbanismo do de sociedade e de mudanças sociais.

A propósito de um caso prático, o Vale do Rio Seco, um território urbano da cidade de Lisboa, propomos uma reflexão sobre o desenho urbano. Tornava-se fundamental implementar uma estratégia urbana num espaço, situado numa zona historicamente importante da cidade lisboeta que estava dela desconectada. Usámos como exemplo, as experiências do *Passeio dos Clérigos*, no Porto, e do *High Line*, em Nova Iorque. Não obstante, é muito amplo o território da discussão de diferentes abordagens urbanísticas como resposta a uma sociedade que está em constante transformação. Neste artigo serão apresentados três autores que, de forma distinta, encaram diferentes formas de pensar o desenho urbano: François Ascher, sociólogo e urbanista francês, Richard Sennett, sociólogo e urbanista norte-americano e Jan Gehl, arquiteto e urbanista dinamarquês. Interessa-nos, particularmente, encontrar uma explicação do espaço urbano que possa, de alguma forma, entrelaçar estas visões e transportá-la para o nosso caso de estudo prático.

Palavras-Chave

Espaço público, desenho urbano, sociedade, transformação

Abstract

Sign and draw public spaces should imply necessarily a reflection, both about their importance and the type of variables and assumptions that we must take into account in this analysis.

By definition, public space serves a set of individuals with social and psychological characteristics that may be similar or very different. It is a challenge to imagine that this space can help to meet the expectations and the interests of, not one, but a set of people and also be a change to promote changes and new social dynamics that have an impact in the quality of life of its users.

We follow the perspective that is not possible to separate the concept of urbanism of the society and social changes.

In our case study, “O Vale do Rio Seco”, an urban territory of the city of Lisbon, we propose a reflection on the urban design. It became essential to implement a strategy in urban space, set in a historically important area that somehow was disconnected from this city. We used as examples, the experience of the “Passeio dos Clérigos” (Oporto) and the “High Line” in New York.

Despite of that, we should not separate the concept of urban development of the concept of society. Whatever the perspective adopted is, it will always mean, from our point of view, a position that matters defend and sustain or uphold and defend.

There are different approaches to urban planning in response to a society that is constantly changing. This paper presents three authors who, in different ways, face distinct ways of thinking the urban design: François Ascher, French sociologist and urban planner, Richard Sennett, American sociologist and urban planner and Jan Gehl, Danish architect and urban planner.

We are interested in, particularly, find an explanation that can, in some way, interweaving these viewpoints in our context of analysis.

Keywords

Public space, urban design, society, transformation Right to the City

¹ Arquiteta com Mestrado Integrado em Arquitetura pela Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa. E-mail: marialmeida_21@hotmail.com

Introdução

No âmbito da cadeira de Laboratório de Projeto VI, foi apresentado à turma uma proposta de trabalho, num território urbano da cidade de Lisboa: o Vale do Rio Seco. Situado entre o coração da cidade (o Parque Florestal de Monsanto) e o rio Tejo, este território, marcado por um declive de elevada acentuação, apresenta-se como um local desconectado dos territórios envolventes e próximos e, também, da cidade no seu todo, à qual parece não pertencer.

A proposta especificava a necessidade de implementação de uma estratégia urbana que permitisse a conexão deste espaço com a cidade.

Seria também necessário criar um novo parque urbano que assumiria uma função de “mancha verde”, de um “novo pulmão” e uma zona central, do ponto de vista das vivências dos habitantes da cidade de Lisboa.

Numa fase posterior, o terreno foi dividido em parcelas e foi atribuído a cada aluno da turma um território específico e que constituiu o local de intervenção para o projeto final de mestrado².

Neste artigo, apresentaremos a lógica de intervenção que fomos adotando na construção deste projeto arquitetónico urbano, junto ao Palácio Nacional da Ajuda.

Em primeiro lugar, debruçamo-nos sobre a importância do desenho do espaço público.

Tendo em consideração a pesquisa bibliográfica realizada, concluímos que é importante analisar as mudanças sociais que se vão verificando na sociedade atual, as suas implicações na qualidade de vida dos indivíduos e a relação que estes estabelecem com o espaço, quer pessoal, quer público.

Contrapõe-se diferentes pontos de vista. Por um lado, temos uma perspetiva que defende que o desenho urbano não consegue acompanhar a evolução da sociedade e, especificamente, os fenómenos da individualização, da racionalização e da diferenciação social. Neste sentido, os projetos urbanos devem ser concebidos, tendo em linha de conta que, a diferenciação entre o que é público e o que é privado, não faz sentido. François Ascher (2010), por exemplo, critica a conceção tradicional dos espaços públicos, defendendo novos princípios para estes locais.

Contrariamente a esta perspetiva, autores como, por exemplo, Richard Sennett (1989) defendem a importância do espaço público como estratégia para fomentar e promover as relações inter e intrapessoais. Nesta conceção do espaço público deve-se ter em consideração que, qualquer que ele seja, deve aproximar as pessoas, deve facilitar relações/atividades sociais e deve ter um

significado emocional para os seus usuários.

Em segundo e último lugar, procurar-se-á explicar porque se deve investir na projeção de um espaço público que se pode localizar entre edifícios habitacionais.

Aparentemente, poder-se-ia considerar que, o aspeto mais importante do projeto do Vale do Rio Seco, seria o edifício para ser habitado pelas pessoas. Todavia, a literatura mostra, claramente, que, fora dos edifícios, existe um potencial a explorar na medida em que, esse espaço, se pode assumir como o “motor” de arranque para criar sociabilidades, encontros entre estranhos, maior relação com a natureza, entre outras potencialidades.

A importância do desenho do espaço público

Ascher (2010) refere que é necessário adaptar o urbanismo à consequente e atual modernização da sociedade ocidental.

O autor assenta o seu ensaio na constatação de que o crescimento e o desenvolvimento da sociedade contemporânea estão ligados ao desenvolvimento de técnicas de transporte e de armazenamento de pessoas e bens: a individualização, a racionalização e a diferenciação social.

A partir da análise da estrutura socioprofissional em França, Ascher verificou que, naquele país, as mutações familiares estariam associadas a aspetos como a alteração dos modelos familiares (o aumento do número de pessoas que vivem sozinhas, o aumento significativo do número de divórcios, entre outros) e o incremento do poder de compra, do uso dos audiovisuais e das novas tecnologias. Este investigador defende, ainda, a ideia de que as mudanças nas sociedades ocidentais sempre existiram, mas estão, atualmente, num processo de aceleração bastante rápido, de acordo com diversas variáveis. Aspetos como uma maior individualização e independência por parte dos indivíduos, relações interpessoais cada vez mais efémeras, superficiais e sustentadas na sua dimensão mais racional, e menos centradas nos afetos, nas histórias de vida, nas tradições e costumes, são alguns desses exemplos.

Ascher afirma que a modernidade não é um estado, mas sim um processo em constante evolução e transformação que tem, inevitavelmente, implicações diretas na organização da vida social.

Em suma, o autor conduz-nos à compreensão de que as transformações que ocorrem na sociedade, sejam elas quais forem, estão a gerar uma maior multiplicação de diferenças entre os indi-

² Proposta Final de Mestrado para obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura pela Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa intitulada “A Flexibilidade na Habitação: realidade ou utopia? A propósito do Parque Urbano do Rio Seco”

víduos. E, desta forma, torna-se mais fácil aceitar que “as cidades são assim profundamente heterogêneas, refletindo uma sociedade complexa e de indivíduos com aspirações e com práticas múltiplas.” (Ascher, 2010, p. 105)

Acrescenta que, contudo, o desenho urbano da cidade não está minimamente preparado para receber os indivíduos de hoje. Parece existir uma falta de sincronia entre a mutação social que é rápida e o processo de transformação e adaptação urbana que é lento. Este desequilíbrio carece de resolução.

Face a estas premissas, podemos afirmar que as cidades geram problemas de urbanismo distintos e, consequentemente, necessitam de diferentes respostas e soluções que se adaptem e readaptem aos mais variados contextos.

Em resposta ao problema, Ascher aborda a hipótese da emergência e da implantação de um novo urbanismo baseado em dez princípios que, na nossa perspetiva, se articulam de forma estratégica e pragmática com os problemas e as potencialidades sócio urbanas. O autor parece-nos responder aos problemas da cidade, evocando desafios maiores e esquisando maneiras de fazer frente à cidade com uma nova e radical perspetiva urbanística.

Se, até agora, o urbanismo moderno procurava soluções permanentes, heterogêneas e coletivas para responder à procura de edifícios dedicados à habitação, comércio e outros serviços, Ascher defende que, se existe diversificação, então tem de haver necessariamente edifícios diversos com múltiplas funções. É como se, numa espécie de dança a dois, os parceiros necessitassem de se moldar ao estilo um do outro.

Ainda no que diz respeito à conceção dos lugares, em função das novas práticas sociais, estes também adquirem um novo sentido. O urbanismo separava o conceito de público e privado, de habitação e de serviços, mas com estes “novos” princípios, esta distinção deixa de fazer sentido para o autor. Os espaços já não são simples e únicos, mas sim múltiplos e diversificados. Não há separação entre espaço público e privado, acesso livre e acesso reservado, interior ou exterior, equipamento ou serviço.

Numa linguagem metafórica, o que o autor nos parece querer dizer é que, se a sociedade quer um estilo de vida onde o tempo, a velocidade e a qualidade contam. Se estamos perante um conjunto de indivíduos com motivações, desejos e interesses diferentes, então criemos espaços que abram a possibilidade de todos poderem fazer as suas escolhas e de usufruírem de serviços adaptados porque oferecem múltiplas soluções.

Esta perspetiva de urbanismo proposta por Ascher parece-nos que, se por um lado, tenta re-

solver os problemas de uma sociedade que está a mudar muito rapidamente, por outro lado, propõe soluções que poderão ser demasiado radicais e que, de certa forma, parece colocar a sociedade toda no “mesmo saco”. E, principalmente no que diz respeito aos espaços públicos, estes parecem ganhar uma menor importância.

Então emerge a seguinte questão: deverá a cidade responder e adaptar-se à sociedade desta forma tão ambiciosa, tão radical, tão individual e individualista? Será esta uma forma de urbanismo, moderna, eficaz e objetiva. Deveremos responder aos problemas da sociedade indo ao encontro dos processos de mudança que estão em curso ou podemos intervir na sua modelação, direcionando-os numa perspetiva com mais sentido do coletivo?

Em resposta à questão formulada, Sennett (1989) apresenta-nos uma perspetiva bastante interessante. O autor baseia-se num conceito de cidade e de urbanismo diferente que se centra, em particular, na questão do espaço público, para defender a perspetiva de que é a conceção do mesmo, atualmente, um dos grandes problemas do desenho dos espaços urbanos.

Para Sennett, a perceção do espaço público, regra geral, não contempla quer a dimensão social quer a dimensão ética do mesmo. Um espaço é público, como por exemplo os *shoppings*, na medida em que serve para juntar um conjunto diversificado de pessoas que vão até lá para comprar coisas. No entanto, considera que o espaço público deve incorporar uma outra perspetiva assente em dois eixos. Por um lado, em valores, em afetos e em relações sociais e, por outro lado, na discussão pública, na comunicação e na partilha. Este autor norte-americano, recorre ao exemplo do povo grego, para afirmar que o espaço público deve ser, hoje, um espaço para a sociedade como a *ágora*³ era para os gregos.

Público, para os gregos, significava “*synoikismos*” que, quer dizer também, fazer cidade. De-compondo a palavra, *syn* significava junção e *oikos* era a palavra para designar a divisão social onde as comunidades e as famílias estariam ligadas social, económica, cultural e religiosamente. Uma espécie de tribo. A *ágora*, um lugar dedicado à conversação, reunião, cidadania, discussão e consumo era o local onde todas as atividades sociais se desenrolavam.

O espaço público do *shopping*, por exemplo, não se apresenta como um espaço aberto a todos como aconteceria na *ágora* e, apesar de ser possível o convívio nesse espaço, tudo se resume ao consumo. Sennett refere, ainda, a questão dos horários de funcionamento. Os *shoppings* fe-

³ *Ágora*: espaço livre para onde os cidadãos costumavam ir configurado pela presença de feiras, mercados e edifícios de caráter público. Enquanto elemento de constituição do espaço urbano do povo grego, a *ágora* apresentava-se como a expressão máxima da esfera pública, sendo o local dedicado à cultura, à política e à vida social.

cham durante a noite enquanto que a ágora era um espaço permanentemente usado.

Na mesma linha de pensamento, Manuel Graça Dias (2012) refere que a essência de uma rua está na “sobreposição de situações”. Isto é, numa rua podem acontecer diferentes tipos de atividades. Contrariamente, o mesmo não acontece numa autoestrada porque o tipo de “situações” que se tem no primeiro espaço não é o mesmo que se tem no segundo. Por exemplo, não se namora ou vende castanhas no separador de uma autoestrada.

O autor dá este exemplo para reforçar a ideia de que a rua de um *shopping* fica a perder em relação à rua da cidade na medida em que esta é “sempre, apenas, uma pálida imitação do espaço público”. (Dias, 2012, p. 33).

Retomando o pensamento de Sennett, este salienta, ainda, que pensar na conceção de um espaço público dirigido à sociedade de hoje e assente nos valores e nas ideologias do antigo povo grego, parece uma missão impossível. O autor considera que, existem dois tipos de ações possíveis de acontecer, caso tentássemos construir um espaço público de acordo com estas exigências. A primeira ação seria copiar as morfologias antigas pelo que, por não existirem as mesmas circunstâncias sociopolíticas, tal se tornaria inválido. A segunda ação, por sua vez, passaria por uma “privatização do espaço público”, como refere o autor, que significaria arrastar tudo o que é habitação, comércio e serviços para um pedaço de terra vazia criando-se, assim, uma “mini cidade”. Uma espécie de *campus* num espaço isolado que, o mesmo, considera errado e desumano.

Sennett não conclui este exercício reflexivo sem nos fazer pensar sobre a melhor forma de se idealizar e conceber um espaço público. Para o autor, pensar e repensar as práticas urbanísticas significa criar um espaço onde pessoas diferentes conversem umas com as outras. E aqui, a palavra-chave é falar. Porque aqueles lugares que não são públicos são, de acordo com o autor, aqueles para os quais olhamos em silêncio⁴.

Habitar o Lugar: caminhar, recordar, viver e permanecer

Tornou-se particularmente relevante e interessante acrescentar à proposta de R. Sennett, a perspetiva de Jan Gehl, arquiteto e urbanista dinamarquês.

Para Gehl (2011), a vida entre os edifícios, é essencial e fundamental para o desenvolvimento de atividades sociais. Se existe um espaço que é público e nele queremos que ocorra um deter-

minado conjunto de atividades sociais, tem de existir, antes de mais, um grupo de pessoas que aí se reúna. Só assim as relações e as ações inter-pessoais e sociais se poderão desenvolver. Crianças a brincar, encontros de pessoas, atividades físicas ou jogos, são alguns dos exemplos que podemos apontar.

O autor afirma que, definir o que um edifício tem de ter para promover o relacionamento entre as pessoas, é difícil. Contudo, salienta que, se oportunidades de encontro ou de atividades diárias ocorrerem no espaço intra-edifícios, então aí, começar-se-ão a criar relações de afeto entre as pessoas. O espaço é o motor de arranque para o início das relações sociais. E, se não houver relações sociais, o espaço deixa de ter e fazer sentido.

O autor utiliza uma imagem de tabela de escalas para determinar a quantidade de contato humano existente entre os edifícios. Se os edifícios não têm atividades sociais, o valor das relações será baixo ou praticamente nulo e o mesmo se passará em sentido contrário, se houver muitas atividades.

Para Gehl, as vivências que ocorrem nos espaços entre os edifícios permitem potencializar a oportunidade de convívio com diferentes pessoas: seja através de um passeio na rua seja uma ida às compras ou ao café. Até um simples olhar pela janela do edifício já é uma experiência suficientemente gratificante. Um “*stay in touch*”, como diriam os ingleses e o próprio autor.

João Pedro Nunes (2010), sociólogo, designa este mesmo processo de “triangulação”. Isto é, quando qualquer coisa que acontece numa rua faz com que duas pessoas, até então desconhecidas, troquem entre si olhares ou frases, mesmo que de circunstância, inicia-se aquilo que o autor designa de troca sociável. Mais tarde este acontecimento pode proporcionar (ou não) a passagem para outro tipo de relações entre os intervenientes.

O autor dá o exemplo de uma rua, no bairro J. Pimenta em Paços d’Arcos, onde, através de um grupo de jogadores de cartas, as pessoas vão comunicando umas com as outras, desenvolvendo, entre si, as tais trocas de sociabilidade. “Portanto, são pessoas que estão, de alguma forma, confinadas àquele espaço público de proximidade. A criação de uma atividade visível e notada e de um papel social na rua permite-lhes afirmarem-se: algo que faz também com que a sua própria presença adquira contornos, do ponto de vista relacional, diferentes daqueles que teriam se não o fizessem. Eles são procurados e oferecem-se para dar informações, constituem redes de amizade e de apoio entre si e alargam o círculo de sociabilidades indo ao café, convidando pessoas para jogar às cartas.” (Nunes, 2012, p. 23)

⁴ “The kinds of places that aren’t public are those that you look at in silence.” (Sennett, 1989, p. 83)

O autor acrescenta que este tipo de situação é relativamente vulgar, no sentido de que a maior parte de nós já o experimentou, pelo menos uma vez na vida: a de nos cruzarmos com pessoas que têm uma dupla condição perante nós: a do *desconhecido familiar*. Uma pessoa é-nos familiar porque trocamos olhares ou outro tipo de cumprimento com ela, mas, ao mesmo tempo, é-nos desconhecida porque não sabemos absolutamente nada sobre a sua vida. É conhecer, não conhecendo. Por sua vez, quando observamos o exemplo dos jogadores de cartas de Paços d'Arcos, esta tensão entre o desconhecido e o familiar deixa de existir para dar lugar a um outro sentimento – o da *familiaridade*.

Assim, consideramos que ver e ouvir pessoas é muito importante no espaço da área residencial, pois não só proporciona o contacto humano, como oferece informações valiosas sobre o ambiente social em redor e sobre as pessoas que moram e/ou trabalham perto umas das outras.

Numa outra linha de pensamento, Edward T. Hall (1986), antropólogo americano, fala de uma dimensão oculta no modo como o Homem comunica com o seu espaço envolvente e utiliza o neologismo *proxémia*⁵ para se referir ao modo como o homem interage com o espaço. O autor salienta que “indivíduos que pertencem a culturas diferentes, não só falam línguas diferentes, mas, o que por certo é mais importante ainda habitam mundos sensoriais diferentes.” (Hall, 1986, p. 13).

A seleção dos dados implica que, alguns elementos sejam eliminados e outros não, através de um processo de filtragem cultural. Por exemplo: árabes e americanos interpretam e combinam diferentemente dados sensoriais, de maneira a que a experiência que o árabe tem do seu corpo em relação ao seu “Eu” é diferente da americana.

Mas se os sistemas culturais fazem variar os comportamentos, Hall salienta, em função da sua experiência enquanto antropólogo, que há mecanismos e modelos internos comuns a todos os seres humanos. Por isso, é urgente “rever e alargar a nossa conceção de condição humana (...) temos que aprender a decifrar as mensagens «silenciosas» com tanta facilidade como as comunicações escritas e faladas.” (Hall, 1986, p. 14). Este autor salienta que existem três tipos de organização no modo como o Homem se relaciona com o espaço (rígida, semi-rígida e informal)⁶, que diferentes realidades culturais originam relações díspares e que, a cultura, é

um fator determinante na criação de ambientes. Por exemplo, seria importante sabermos como nos podemos ou devemos comportar quando o nosso espaço pessoal é invadido pela presença de pessoas de cultura, raça ou etnia diferentes e, simultaneamente, perceber se o mesmo acontece com o outro indivíduo. Nesta lógica, poderemos questionar-nos acerca da possibilidade (ou não) de se criar, enquanto futuros arquitetos ou urbanistas, um espaço capaz de reunir e integrar os diferentes cenários culturais possíveis? Ou assumimos que os espaços são cada vez mais multiculturais (como refere Ascher) e que nem sempre podemos agradar a todos os indivíduos porque a diversidade é absoluta.

A verdade é que, independentemente do alcance (ou não) desse objetivo, a estruturação do espaço não deixa de influenciar as relações humanas, as atividades e a afetividade. Daí ser extremamente relevante continuar a problematizar na construção arquitetónica o modo como o homem se relaciona com o seu ambiente e consigo próprio no pressuposto de que a maneira como o espaço é desenhado tem, inevitavelmente, um papel importante nas relações interpessoais.

Sobre esse mesmo assunto, Gehl discute diferentes maneiras de se pensar o desenho de um espaço urbano para que o mesmo seja atrativo e, desta forma, possibilitar a junção de pessoas, integrando-as e convidando-as a realizar atividades.

Gehl acrescenta que, o facto das pessoas estarem ancoradas num determinado tempo e espaço, é o primeiro requisito para que, qualquer coisa, possa ocorrer nesse local. Porém, a criação de espaços em si mesmos, sem qualquer utilidade ou função, não é solução. Tem de existir condições de movimento para que a participação das pessoas ocorra. O espaço terá que ter significado para quem o usa.

Assim, é muito importante considerar-se todos os detalhes no desenho de um espaço público. Por exemplo, qual vai ser a utilização desse espaço, quem o vai utilizar e que tipo de atividades poderá acolher. Só com este tipo de reflexão é que o espaço poderá ser um local de sucesso.

Na perspetiva do autor, um lugar é encarado como convidativo, se aí observarmos pessoas a caminhar, a parar, a sentar-se, a ver, a ouvir e a conversar.

Com o modernismo, foi-se perdendo o hábito de caminhar pela cidade. Valorizaram-se os edifícios e as suas formas e atribuiu-se um papel

⁵ Neologismo criado pelo autor que aborda as distâncias que as pessoas mantêm entre elas num determinado espaço.

⁶ Espaço de organização fixa: aspetos materiais que regem as cidades, os agrupamentos, e que variam conforme a cultura e a história e que assentam em “modelos mentais internos”, numa conjugação entre o biológico e o cultural.

Espaço semi-rígido: comportamento do indivíduo nos diferentes espaços, assumindo-se alguns contextos como “sociófugos” e outros como “sociópetos”, sendo os primeiros, espaços de afastamento emocional e, os segundos, de aproximação afetiva.

Espaço informal: distâncias que observamos no nosso contato com os outros.

secundário às pessoas. Perdeu-se a noção da escala humana e o Homem deixou de ser o ponto de referência para dimensionar os edifícios. Daí, as consequências, em função desta perspetiva, se traduziram num decréscimo das relações entre as pessoas, dum ponto de vista, quer quantitativo quer qualitativo. Nos edifícios muito altos, as pessoas vêem-se pouco, à medida que se vai subindo em altura.

Michel de Certeau (1980) dá o exemplo do World Trade Center⁷. Para o autor, subir até ao topo deste edifício significaria ser removido do “aperto da cidade”. A elevação transfigura o espectador e coloca-o à distância e, desta forma, a vontade de ver a cidade precede a vontade de a viver e satisfazer. “Do 110^o andar do World Trade Center, ver Manhattan. Sob a bruma varrida pelo vento, a ilha urbana, mar no meio do mar, acorda os arranha-céus de Wall Street, abaixa-se em Greenwich, levanta de novo as cristas de Midtown, aquietada-se no Central Park e se encape-la enfim para lá do Harlem. Onda de verticais.” (De Certeau, 1980, p.169)

Para o autor, o ato de caminhar está inteiramente relacionado com a cidade (ou com o sistema urbano), da mesma forma que a enunciação está com a língua. De Certeau recorre a este exemplo metafórico para dizer que as caminhadas pedestres revelam tanto de diferentes percursos quanto moldar uma frase combina diferentes estilos e diferentes usos. Só assim o Homem poderá transformar o espaço à sua maneira. Ele organiza consigo um conjunto de diferentes possibilidades: caminhos por onde pode circular e caminhos por onde não pode (um muro que o impede de avançar, por exemplo) e vai, à medida que se desloca, atualizando esses mesmos percursos. Deste modo, ele tanto faz ser como faz aparecer. Caminha, inventa e improvisa idas e vindas, variando percursos, até encontrar aquele que quer fazer.

Podemos concluir que para De Certeau e para Gehl é muito importante que se pense nos caminhos pedestres e na relação positiva que estes estabelecem com o Homem.

Contrariando a proposta de F. Ascher, Gehl acrescenta que é importante que se comece a pensar em mais ruas e ciclovias e, não tanto, em estradas e autoestradas. Caminhar e pedalar não só faz bem à saúde, como também contribui para a defesa do planeta.

Quantos espaços destes temos nós, hoje em dia? E, no caso particular de Lisboa e do Vale do Rio Seco, local de intervenção projetual para a presente tese final de mestrado, quantos lugares destes se conhecem?

O exemplo do Passeio dos Clérigos e do HighLine

Para a compreensão de algumas das decisões tomadas no projeto importa, antes de mais, enquadrá-las nalgumas das referências utilizadas para se aprofundar os conhecimentos acerca do desenho do espaço público.

Quando olhamos para um projeto, seja ele qual for, podemos reconhecer nele, aspetos que podem, aparentemente, lançar-nos pistas ou sinais reveladores da nossa intencionalidade. Sem este exercício ou esforço de procura de significado, a leitura do projeto, do ponto de vista das opções, que foram sendo tomadas, poderá parecer inócua ou desprovida de significado.

Poderíamos mencionar vários projetos para exemplificar aquilo que se pretende para este trabalho, nomeadamente para o desenho do espaço público. No entanto, destacamos dois que nos servirão, de exemplo, ao longo desta investigação. O primeiro corresponde ao Passeio dos Clérigos, na cidade do Porto, em Portugal, e, o segundo, à reconversão do HighLine, em West Side Manhattan, Nova Iorque.

O *Passeio dos Clérigos* corresponde a um projeto de requalificação urbana, na cidade do Porto, dos arquitetos “Balonas e Menano S.A.”.

Inaugurado em Setembro de 2012, e, apesar de muito jovem ainda, este projeto de arquitetura revelou, desde o início, ser um potencial regenerador do centro histórico desta cidade e, um exemplo de lugar que, através do desenho arquitetónico, voltou a ser um espaço verdadeiramente habitado⁸.

O sucesso deste projeto parece estar associado ao facto de se ter assumido um novo arruamento pedonal que, mais do que uma rua comercial, passou a fazer parte do percurso que liga a Torre dos Clérigos, ex-libris da cidade, à Livraria Lello, uma referência arquitetónica e cultural importante. Uma espécie de ligação entre dois locais de visita absolutamente incontornáveis nesta cidade nortenha.

Para quem caminha na rua, este projeto não deixa ninguém indiferente. Naturalmente, ele desperta curiosidade e interesse aos que por aí passam e parece haver um convite implícito à nossa entrada e à sua descoberta. O espaço parece ter ganho um novo e diferente sentido e uma nova vivência.

Assim, e numa altura em que todos tendiam a olhar para este espaço com um certo desencanto e com desgosto de ver o tempo a transformar esta zona num local desagradável, eis, senão quando, tudo se altera. O Passeio dos Clérigos passou a ser um local central, do ponto de vista espacial e das memórias da cidade do Porto. De-

⁷ O WTC, antes do ataque terrorista de 11 de Setembro de 2001, era o complexo de edifícios mais alto do mundo (526,3 m na totalidade).

⁸ Localizado entre a Rua das Carmelitas, a Rua do Senhor Filipe de Nery e a Rua do Dr. Ferreira da Silva, o local de construção corresponde a um quarteirão que, no passado (mais precisamente em 1839), viu nascer o antigo Mercado do Anjo.

senhou-se e “nasceu” um novo espaço capaz de colmatar a fratura da zona como um lugar apreciado e vivenciado por todos. Um lugar que nos chama, que nos convida a visitar, a conhecer, a parar, a olhar, a viver.

Por sua vez, o *HighLine*, projeto de autoria do atelier James Corner Field Operations em parceria com o atelier DillerScofidio + Renfro, corresponde a um parque suspenso em *West Side Manhattan*, na cidade de Nova Iorque, construído sobre uma antiga linha ferroviária.

Este projeto de reconversão procurou dar um novo sentido à antiga ligação industrial transformando-a num verdadeiro instrumento de lazer. Ao caminhar ao longo do *HighLine* somos conduzidos pela cidade e, simultaneamente, deparamo-nos com percursos que estimulam um conjunto de atividades sociais e recreativas.

Quem caminha sobre o *HighLine* afirma que não há experiência igual. Elevado cerca de 25 metros, este novo arruamento liberta-se da cidade que nunca dorme e proporciona experiências únicas. É um lugar que convida o transeunte a parar, a ver, a sentir e a habitar. Aqui, não existem semáforos e atravessar a cidade nunca foi tão fácil e tão agradável.

O projeto inclui zonas de passagem, zonas de descanso com bancos de madeira que se soltam da estereotomia do chão e espaços pensados, pontualmente, para o mais variado tipo de atividades e para diferentes idades. Atividades de grupo, visitas-guiadas, *art performances*, música ao vivo e *peddypapers*, são alguns desses exemplos.

Os casos de referência que acabámos de apresentar, situados em locais completamente diferentes: Portugal e E.U.A., procuram mostrar de forma muito concreta e específica o modo como o desenho urbano poderá ter consequências em ambos os casos, muito positivas na qualidade de vida da população que servem.

Os locais claramente *sociófugos*, utilizando a linguagem de E. Hall, passaram a espaços *sociopé- tos*, promotores do relacionamento interpessoal.

A disposição das peças, o desenho dos jardins, a criação de espaços de contactos sociais permitiram a mudança da própria perceção das pessoas em relação a estes locais.

Ao longo deste trabalho, fomos tomando consciência de que, na conceção do espaço público, é importante refletir sobre o modo como podemos contribuir para que ele seja, na realidade, promotor de vivências e de trocas e relacionamentos sociais positivos, pró-ativos e de qualidade para as pessoas que aí vivem.

Do papel para o projecto...

O local do projeto está localizado próximo do Palácio da Ajuda e da Torre do Galo em Lisboa, uma zona de interesse patrimonial, constituída por um conjunto de terrenos vazios (alguns fechados entre muros), sem qualquer função ou utilidade no seu interior e descaracterizada e desarticulada do contexto territorial em redor. Corresponde a um vazio urbano.

Em função dos problemas e das potencialidades encontradas no terreno, elaboramos o nosso programa no qual consideramos importante a requalificação do espaço público exterior.

De referir que, no terreno adjacente, a sudeste, existe uma zona de pendente muito acentuada que corresponde a uma antiga pedreira, um monumento geológico natural com particular interesse. Enquanto peça arqueológica natural, esta gruta deveria apresentar-se como um elemento único na natureza, mas acaba por sofrer uma ação negativa por parte do Homem com uma construção habitacional, no seu topo, de seis pisos, que, neste local, não deveria existir, na nossa opinião.

Desta forma, dar-se-á a oportunidade de, nesta zona da gruta, se poder acolher parte do novo Parque Natural do Rio Seco, resolvendo os problemas anteriormente referidos e trazendo qualidade, quer ao espaço quer à vida dos seus habitantes.

Assim, em função dos dados referidos, procurou-se arquitetar, nesta zona de intervenção, dois blocos habitacionais: um deles servirá para realojar as pessoas que vivem próximo do local e o outro destina-se à criação de um espaço de habitação flexível.

Entre ambos os blocos habitacionais, e tendo em conta a revisão bibliográfica anterior, dar-se-á particular relevo ao desenho do espaço público. Este local poder-se-á constituir como uma zona de convívio, de lazer, de vida e de relações interpessoais. Desta forma, a interação entre espaço público e espaço privado pode ser uma abordagem interessante, no sentido de se compreender a interdependência entre ambos os espaços.

Para além da ideia de se trazer o novo Parque Urbano do Rio Seco à cota superior da gruta, a nossa proposta urbana assenta, também, no pressuposto de se criar um caminho que une dois pontos cruciais do terreno: o parque e a zona junto ao Palácio Nacional da Ajuda.

Procurando dar ênfase ao contexto sociocultural e histórico da zona, o desenho do espaço público reflete também uma preocupação em promover e valorizar um património local.

Procurou-se criar percursos entendidos não apenas como simples caminhos, mas como zonas capazes de oferecer condições de entretenimento, de interação e comunicação, entre moradores e transeuntes, entre os diferentes pontos de interesse local. Constrói-se uma nova itinerância no espaço. Uma estratégia que propicia a criação de um caminho com princípio, meio e fim, capaz de se assumir como um espaço diferente. Novo, porque passa a ser apreciado por todos e, por isso, passa a ser uma “novidade”. Um caminho sem a presença dos carros, rejuvenescido porque rompe com o passado recente e nos convida a viver, a habitar, a trabalhar e a passear. Desenhasse, assim, o nosso Passeio D’Ajuda.

Lembremos o caso do *Passeio dos Clérigos*, na cidade do Porto, e do modo como a criação de um espaço a céu aberto veio alterar, radicalmente, a dinâmica desta zona, no centro histórico da cidade.



Figura 1 – O Passeio D’Ajuda e a sua pormenorização
Fonte: Elaboração própria, 2015

Sennett (1989) e Gehl (2011) defendem, complementarmente, o modo como se deve cuidar do espaço público, dando-lhe tanta ou mais importância como ao espaço privado e habitacional. Manuel Graças Dias (2012) salienta o quanto devemos valorizar as ruas pedonais. Contrariamente ao que pode ocorrer em espaços ocupados por automóveis, nesses locais, é possível que as pessoas parem, conversem entre si, que realizem atividades de cariz lúdico com os outros, uma espécie de ágora, como Sennett refere. Hall diria que este espaço deveria ser sociópeto e que a sua conceção influenciará, certamente, a qualidade de vida dos seus utilizadores. E, ao fazê-lo, o próprio espaço ganhará “vida própria”.

Em Nova Iorque, com o *HighLine*, a transformação da via férrea num passeio pedestre, também veio alterar a perceção que, as pessoas, tinham desse espaço.

Ambos os exemplos relatados mostram que, a valorização do espaço público, pode ser fundamental no sucesso de um projeto.

O nosso Passeio D’Ajuda, de forma também semelhante, visa constituir-se como um novo exemplo. Pretensioso, dirão alguns. Nós consideramos realista.

Este passeio corresponde a um caminho largo que atravessa os edifícios habitacionais e onde podem ocorrer vários tipos de atividades, tais como: caminhadas, atividades sociais ou desportivas, feiras temporárias, *peddypapers*, *art performances*, teatros de rua, concertos ao ar livre, entre outros. Pontualmente, vão surgindo zonas de descanso com bancos que se soltam da esteiotomia do pavimento (construído em lajetas pré-fabricadas de betão) e, também, pequenas zonas com terra onde a vegetação poderá crescer e dar um novo tom e cheiro a este passeio. A lavanda, planta aromática, é um dos exemplos de vegetação a utilizar que pode sugerir, pela cor e pelo cheiro, relaxamento, frescura e qualidade de vida.

Este passeio pedestre eleva-se da cota do solo, parecendo estar suspenso num outro nível. É como se desse a hipótese às pessoas de se afastarem do seu mundo “habitual” e penetrem num campo diferente de relaxamento e de descompressão. Os transeuntes podem, ainda, observar a cidade de Lisboa com o Cristo Rei e o rio Tejo ao fundo, neste “miradouro”.

A iluminação foi pensada para cumprir uma dupla função: por um lado, para se criar pontos de iluminação e envolvimento e, por outro lado, para funcionar como um espaço seguro, principalmente à noite.

Imagine-se que, por razões diversas, não

seria possível a construção deste bloco habitacional. Pensámos, por isso, na possibilidade de manter este passeio como uma estrutura independente. Este caminho faria a ligação dos diferentes pontos do terreno. Na nossa opinião, fará todo o sentido porque, mesmo não havendo habitação, pode haver atividades de diversão e de lazer. O Passeio D'Ajuda é verdadeiramente, neste contexto, um espaço público.

Breve conclusão

Os projetistas e urbanistas dão, muitas vezes, uma grande importância ao espaço privado em detrimento do público.

Por outro lado, a literatura mostra, claramente, que, fora dos edifícios, existe um potencial a explorar.

O projeto que apresentamos pretende ser uma perspetiva de compromisso entre estas duas visões aparentemente antagónicas, defendidas por Ascher e por Sennett e Gehl, e, por isso também atribuímos uma significativa importância ao desenho do espaço público.

Existe uma vontade em equilibrar diferentes variáveis, diferentes perspetivas, para que, na perspetiva que assumamos sobre o problema, possa existir um compromisso, um equilíbrio entre o espaço pessoal e individual e o espaço de partilha com os Outros, o espaço público, tal como Sennett propõe.

Não obstante a realidade e as alterações sociofamiliares de que vamos tendo conhecimento, e seguindo as ideias formuladas por Ascher, este trabalho procurou olhar em frente e investir em soluções para um espaço público que se constituiu como um local promotor de relações interpessoais de qualidade e de felicidade individual. No final, pretende-se que os indivíduos usufruam dos espaços que a cidade lhes disponibiliza, que queiram voltar a esse local sempre e que usufruam da possibilidade de interagir e de criar novas e diferentes relações com os outros.

Referências bibliográficas

- Ascher, François (2010), “Novos Princípios do Urbanismo”, Lisboa: Livros Horizonte
- Certeau, Michel de (1980), “L'invention du quotidien”, 1º vol, Paris: Arts de faire, Union Générale D'édicions.
- Gehl, Jan (2011), “Life between buildings. Using Public Space”, Washington: Island Press.
- Gehl, Jan and Gemzoe, Lars (2001), “New

City Spaces”, Copenhagen: The Danish Architectural Press.

- Giard, Luce, “A invenção do cotidiano”. Nova edição, estabelecida e apresentada por LuceGiard (3ª edição), disponível em: <http://www.uneb.br/gestec/files/2011/10/74892255-A-In-venc-a-o-do-cotidiano-Michel-de-Certeau.pdf>, consultado em 2 novembro de 2014.

- Hall, Edward T. (1986), “A Dimensão Oculta”, Lisboa: Relógio d'Água Editores Lda

- Nunes, João Pedro, Graça, Miguel Silva e Dias, Manuel Graça (2012), “Cidades, centros culturais e praças públicas”, Imprópria, Política e Pensamento Crítico. Nº 1, 1º semestre, pp. 21-38.

- Jorge, J. Gorjão (2007), “Lugares em Teoria”, Lisboa: Edição Caleidoscópio.

- Sennett, Richard (1989), “The Civitas of Seeing”, Places, volume 5, nº 4, disponível em: <https://placesjournal.org/assets/legacy/pdfs/the-civitas-of-seeing.pdf>, consultado em 2 de em Novembro. 2014.